

ÍNDICE

<i>Prefácio</i>	15
<i>Apresentação</i>	17
INTRODUÇÃO	19
PARTE I	
A EVOLUÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONTRATUAIS	27
Capítulo 1	
SISTEMA, PRINCÍPIOS E MUDANÇA DOS PARADIGMAS CONTRATUAIS	29
1.1. As mudanças sociais e seus reflexos no direito contratual	29
1.2. Sistema jurídico e princípio	39
1.2.1. Sistema jurídico	39
1.2.2. Nuances dos conceitos “princípio” e “equidade”	43
Capítulo 2	
DOS PRINCÍPIOS CONTRATUAIS	52
2.1. Dos princípios contratuais firmados no século XIX – a codifi- cação francesa	52
2.1.1. Autonomia privada.....	53
2.1.2. Da obrigatoriedade das convenções	59
2.1.3. Do consensualismo	60
2.1.4. Da relatividade dos efeitos das obrigações para terceiros.	62
2.2. Dos novos paradigmas e princípios contratuais firmados no sé- culo XX – as <i>contribuições do BGB (Bürgerliches Gesetzbuch)</i>	64
2.2.1. Liberdade contratual vinculada à liberdade social.....	66
2.2.2. A boa-fé objetiva.....	69
2.2.3. O princípio do equilíbrio das prestações.....	72

Capítulo 3

O REFLEXO DOS PRINCÍPIOS NOS CONTRATOS CIVIS BRASILEIROS	80
3.1. Os princípios contratuais clássicos e o Código Civil de 1916	80
3.2. Princípios constitucionais e sua relevância para o direito contratual.....	84
3.2.1. Princípio da dignidade humana.....	88
3.2.2. Princípio da igualdade.....	91
3.2.3. Princípio da solidariedade social	95
3.2.4. Princípio do desenvolvimento, livre iniciativa e justiça social	98
3.3. Dos novos princípios contratuais inseridos no Código Civil de 2002.....	101
3.3.1. Princípio da função social.....	104
3.3.2. Princípio da boa-fé objetiva	109
3.3.3. Princípio do equilíbrio econômico das prestações.....	115

PARTE II

O EQUILÍBRIO COMO PRINCÍPIO CONTRATUAL..... 121

Capítulo 4

LINEAMENTOS SOBRE O EQUILÍBRIO COMO PRINCÍPIO	123
4.1. O equilíbrio aristotélico.....	125
4.2. A equidade e lesão no Direito romano.....	127
4.3. O período medieval: equidade, justiça e preço justo para São Tomás de Aquino.....	131
4.4. A equidade e a equivalência no direito moderno	136
4.5. A “redescoberta” da equivalência e seu desenvolvimento no direito pós-moderno	138
4.6. O desenvolvimento do princípio do equilíbrio no direito brasileiro	147
4.6.1. Leis extravagantes e jurisprudência	148
4.6.2. O Código de Defesa do Consumidor	151
4.6.3. O Código Civil de 2002	153
4.6.3.1. O equilíbrio contratual como faceta da boa-fé objetiva ou da função social?.....	156
4.6.3.2. O equilíbrio como princípio contratual	160

Capítulo 5

O PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO CONTRATUAL.....	167
5.1. Conceito	167
5.2. Requisitos.....	176
5.2.1. Elemento essencial.....	178
5.2.2. Elemento complementar	182
5.3. Paralelo entre o princípio do equilíbrio contratual e figuras afins	184
5.3.1. Princípio do equilíbrio e teoria da imprevisão	184
5.3.2. Princípio do equilíbrio e lesão	186
5.3.3. Princípio do equilíbrio e estado de perigo	187
5.3.4. Princípio do equilíbrio e enriquecimento sem causa	189
5.3.5. Princípio do equilíbrio e abuso de direito	191
5.3.6. Princípio do equilíbrio e a exceção do contrato não cumprido (<i>exceptio non adimpleti contractus</i>)	194
5.4. Incidência do princípio do equilíbrio nos contratos civis	196
5.4.1. Contratos civis não negociáveis (adesão) e negociáveis ...	197
5.4.2. Contratos comutativos e aleatórios	201
5.4.3. Contratos instantâneos e de execução continuada e diferida	208
5.4.4. Contratos bilaterais ou sinalagmáticos e unilaterais	212

PARTE III

APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO CONTRATUAL NA REVISÃO E RESOLUÇÃO DOS CONTRATOS CIVIS.....	215
--	------------

Capítulo 6

DELINEAMENTOS DE CRITÉRIOS OBJETIVOS PARA A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO CONTRATUAL	217
6.1. A ideia de proporcionalidade e razoabilidade para aplicação do equilíbrio nos contratos civis.....	217
6.2. A configuração do desequilíbrio das prestações	226
6.3. A busca de critérios para a aplicação do princípio do equilíbrio contratual: natureza e finalidade do contrato; limites impostos pela lei; respeito ao interesse dos contratantes.....	228

6.4. Aproximação entre os princípios da segurança jurídica e do equilíbrio material	239
Capítulo 7	
REVISÃO E RESOLUÇÃO JUDICIAL DOS CONTRATOS PELO PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO	245
7.1. Sobre o princípio da conservação do negócio jurídico	246
7.2. A dinâmica das obrigações contratuais e a equivalência material	247
7.2.1. A lesão e cláusulas abusivas	249
7.2.2. O momento de execução do contrato e a teoria da imprevisão	264
7.2.3. A consideração da gravidade do inadimplemento como expressão da equivalência	281
7.2.3.1. Descumprimento de deveres acessórios e principal e conceito de gravidade	283
7.2.3.2. Inadimplemento absoluto e mora	286
7.2.3.3. Novos aspectos do inadimplemento	291
7.2.3.3.1. Violação positiva do contrato.....	291
7.2.3.3.2. Adimplemento substancial.....	294
7.3. O princípio da equivalência aplicado à penalidade contratual....	298
7.3.1. Situações concretas para revisão da cláusula penal.....	298
7.3.2. As arras nos contratos de compra e venda de imóveis	304
7.4. A rescisão unilateral: o retorno do investimento como parâmetro de equilíbrio	308
Considerações finais	315
<i>Bibliografia</i>	319